

A FUNÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO CAMPUS ZONA LESTE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)

Ilane Ferreira Cavalcante ¹
Márcia de França da Silva ²
Elizama das Chagas Lemos³

RESUMO

Este trabalho faz uma revisão acerca das funções que o Núcleo de Assistência a pessoas com necessidades específicas (NAPNE) do Campus Zona Leste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) vem desenvolvendo na assistência aos estudantes com deficiência desde a sua criação. O estudo apresenta o pioneirismo do IFRN em ações de assistência estudantil e seu desenvolvimento, ainda em processo, nas ofertas de cursos a distância. O Campus Zona Leste, anteriormente chamado Campi Educação a Distância, tem como principais ofertas cursos de Educação a Distância (EaD) de nível médio subsequente, licenciatura, tecnólogos, especialização e Formação Inicial e Continuada (FIC), voltados para a formação de professores e para a educação profissional. À luz de documentos e dados oficiais, o texto reflete sobre o conceito de inclusão e o NAPNE como instrumento nesse processo, com base em dados de matrícula de pessoas com deficiência no campus e considerando a EaD como uma possibilidade de ampliação de acesso à educação das pessoas com deficiência. O NAPNE do campus tem desenvolvido ações de apoio à permanência e ao êxito de estudantes com deficiência, tais como: oficinas, acompanhamento de estudos, suporte às práticas pedagógicas docentes e eventos de esclarecimento à comunidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação a Distância. Educação Profissional.

THE ROLE OF THE CENTER FOR PEOPLE WITH SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS IN DISTANCE LEARNING COURSES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE (IFRN) – ZONA LESTE CAMPUS

ABSTRACT

¹ Doutora em Educação pela UFRN. E-mail: ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br

² Especialista em LIBRAS: Docência do Ensino Superior, Tradução/ Interpretação. E-mail: marcia.franca@ifrn.edu.br

³ Doutora em Tecnologias e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho. E-mail: elizama.lemos@ifrn.edu.br



This paper reviews the functions that the Center for People with Specific Educational Needs (NAPNE) of the Zona Leste Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) has been developing since its creation, in assisting students with disabilities. The study presents the pioneering spirit of the IFRN in student assistance actions and its development, still in process, in the offering of online courses. The Zona Leste campus, formerly called Distance Learning Campus, offers distance learning courses (DL) of secondary level, licence degree, technologists, graduate lato sensu program, and Initial and Continuing Education (FIC) focused on teacher training and professional education. Based on official documents and data, the text reflects on the concept of inclusion and the NAPNE as an instrument in this process, reflecting on enrollment data for people with disabilities on the Campus, considering DL as a possibility of expanding access to education for people with disabilities. NAPNE has developed support actions for the permanence and success of students with disabilities, such as workshops, monitoring of studies, support for teaching pedagogical practices, and events to raising awareness.

Keywords: Inclusive Education. Distance Learning. Professional Education.

LA FUNCIÓN DEL CENTRO DE ASISTENCIA A PERSONAS CON NECESIDADES ESPECÍFICAS EN CURSOS DE EDUCACIÓN A DISTANCIA EN EL CAMPUS ZONA ESTE DEL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA DE RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)

RESUMEN

En este trabajo se revisan las funciones que viene desarrollando, desde su creación, el Centro de Apoyo a Personas con Necesidades Específicas (NAPNE) del Campus Zona Este del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Norte (IFRN) en la asistencia a estudiantes con discapacidad. El estudio presenta el espíritu pionero de IFRN en las acciones de asistencia al estudiante y su desarrollo, aún en proceso, en la oferta de cursos a distancia. El campus Zona Leste, antes llamado Campus de Aprendizaje a Distancia, tiene como principal oferta cursos de educación a distancia (EaD) de nivel secundario posterior, licenciatura, tecnólogos, especialización y Educación Inicial y Continua (FIC), orientados a la formación de docentes y para la formación profesional. El NAPNE ha desarrollado acciones de apoyo para la permanencia y éxito de los estudiantes con discapacidad, tales como talleres, seguimiento de estudios, apoyo a la enseñanza de prácticas pedagógicas y eventos de esclarecimiento de la comunidad.

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación a distancia. Educación profesional.



1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é pioneiro na implantação de cotas sociais na rede de EPCT (SKEETE, 2013) e tem desenvolvido ações de assistência estudantil voltadas para estudantes vulneráveis em um amplo espectro. A implementação da Lei nº.12.711/2012 e a recente expansão da instituição, no entanto, têm reconfigurado as necessidades de acompanhamento do acesso e permanência dos estudantes (BRASIL, 2012).

Diante desse cenário, este artigo apresenta as ações de atendimento, acompanhamento e adaptações nos cursos de Educação a Distância (EaD) do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do *Campus* Zona Leste do IFRN no atendimento a estudantes com deficiência e no diálogo com seus professores.

Objetiva-se investigar de que forma o NAPNE do *Campus* Zona Leste atua na efetivação da inclusão escolar de estudantes com deficiência, analisando as ações que esse Núcleo desenvolve em articulação com professores, coordenadores de curso, tutores e estudantes com deficiência dos cursos de Educação a Distância.

Este trabalho é fruto das inquietações de um grupo de professores do IFRN que se deparou com a realidade do ingresso de pessoas com deficiência nos cursos a distância, mas que nem sempre recebeu a formação para lidar com as necessidades desses estudantes, especialmente, considerando as especificidades da modalidade a distância. O artigo é vinculado ao projeto “Tecnologias Assistivas na Educação a Distância nos Institutos Federais da Região Nordeste”, aprovado no Edital MCTIC/CNPq 2018 – UNIVERSAL, no Grupo de Pesquisa em Multirreferencialidade, Educação e Linguagem (GPMEL), que vem atuando, desde 2011, em pesquisas na área da educação básica, educação a distância e uso de tecnologias na Educação.

Neste artigo, desenvolve-se uma reflexão acerca da inclusão de pessoas com deficiência na educação, com foco na modalidade de educação a distância; articula-se essa reflexão com a função social e os princípios do IFRN, especificamente, do *Campus* Zona Leste, e, depois, apresenta-se um levantamento dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos ofertados pelo *Campus* Zona Leste do IFRN na modalidade a distância. Nesse sentido, analisam-se as ações desenvolvidas pelo NAPNE do *Campus* para a permanência e êxito dos estudantes.

2 REFLETINDO SOBRE A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola, ainda que aos poucos, possibilita o surgimento de novos espaços, de novos sujeitos, ganhando, assim, novas estruturas à medida que a sociedade também está gerando novas necessidades. O que era privilégio do seguimento dominante desde a Colônia busca hoje maneiras de criar condições para garantir que todos, independentemente



da classe social, origem, raça, cor, sexo, idade ou condição (física e mental), tenham o direito de aprender num ambiente em que possam também ser reconhecidos diante de suas especificidades. O direito à diferença nas escolas, como propõe Mantoan (2003), desconstrói o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.

A filosofia da inclusão, cujos princípios inspiram as ações de educadores e responsáveis políticos pelo mundo inteiro, remete à luta pelos direitos humanos, pelo exercício pleno da cidadania, da liberdade e da justiça social, na construção de uma sociedade para todos. O movimento por uma educação inclusiva implica uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Segundo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação inclusiva se constitui:

[...] um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008a, p. 5).

A credibilidade dessas propostas inclusivas, contudo, presume a concepção de que não se pode falar de inclusão se não são postas as condições necessárias para tal. Desse modo, as Orientações Curriculares Nacionais defendem que a eficácia de projetos inclusivos seria construída por uma ação que abarca

Capacitação de professores; engajamento de escolas no processo de inclusão; preparação dos pais dos alunos; preparação dos funcionários; recursos condizentes com os propósitos do projeto; cursos de licenciatura em universidades e faculdades atualizadas e sintonizadas com a proposta de inclusão; adequação do currículo escolar às necessidades atuais da sociedade. (SZUNDY; CRISTOVÃO, 2008, p. 124).

As mudanças de governo, porém, traduzem novas maneiras de fazer e pensar os processos de inclusão no país, nem sempre de maneira positiva. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que retrocede a perspectiva das competências e habilidades no ensino, aborda de forma tímida e não muito clara a inclusão quando afirma, no contexto do ensino médio, que o seu objetivo, entre outros, é:

Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade. (BRASIL, 2018, p. 466).



Atenta-se ao fato de que, na citação, a inclusão está ligada diretamente ao “empreendedorismo”, sendo este o fator capaz de desenvolver uma série de habilidades independentes das condições sociais e econômicas em que se insere o indivíduo. Observa-se, ainda, a partir da citação, que a cidadania ativa está relacionada à empregabilidade, a qual é também condição social para a inclusão social. A conjuntura torna confuso o entendimento acerca da inclusão, e o respeito às diferenças individuais é excluído dessa proposição.

O processo de inclusão, em vista disso, envolve a reestruturação das culturas, das políticas e das práticas de nossas escolas que, como sistemas abertos, precisam repensar suas ações, até então predominantemente excludentes. Diante de argumentos do “politicamente correto”, de uma “educação para todos”, do “respeito às diferenças”, de um “sistema educacional de qualidade”, de “equidade social”, o Estado precisava abrir as portas da escola para receber os excluídos; assim, desenvolveu ações com esse objetivo, mas manteve, no entanto, as mesmas e precárias condições oferecidas aos que supostamente já estavam incluídos.

No Brasil, ampliou-se significativamente, a partir das últimas décadas do século XX, a educação de orientação inclusiva para os Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE) que estudam em classes comuns de escolas regulares. No entanto, é primordial que as necessidades de uma educação para todos, prevista em documentos de âmbito nacional e internacional, tenham uma maior repercussão nas políticas educacionais atuais, a fim de atuarem na eliminação dos entraves que impedem o acesso e a permanência à escolarização.

Diante do quadro de instabilidade política do país, e das mudanças que ocorrem de governo a governo, cada instituição precisa encontrar as possíveis saídas para a promoção das adequações necessárias ao atendimento mais amplo e mais abrangente a todos que a ela recorrem como estudantes. Entre essas soluções possíveis, está a adequação de sua infraestrutura física, a formação de seus professores e, também, a oferta de cursos que promovam, de fato, a inclusão, a permanência e o êxito dos discentes com deficiência.

Não há dúvidas de que o Brasil ampliou consideravelmente, durante duas décadas, a educação de orientação inclusiva, levando os EPAEE a estudarem em classes comuns de escolas regulares. As necessidades de uma educação para todos, porém, não têm apresentado uma progressão significativa nesse sentido após a ascensão de forças políticas de extrema direita no país.

Dados do Censo da Educação Básica do Inep (2019) indicam que apenas 73,9% das escolas da rede federal possuem algum recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência no Brasil (dependências adaptadas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visuais), mas esse não é o mesmo que se verifica nas escolas estaduais ou municipais,



que apresentam, respectivamente, percentuais de acessibilidade de 45,7% e 46,7%, o que indica um longo caminho ainda a seguir no processo de inclusão. (BRASIL, 2019).

Para além da estrutura física, esse é um dado que precisa fazer parte da formação e ser alvo de pesquisa, a qual se constitui um fundamento educativo para docentes, futuros docentes ou docentes em formação. Dessa forma, articular a melhoria da qualidade do ensino com a investigação das necessidades e conhecimento de propostas de adaptação didático-pedagógica para atendimento das pessoas com deficiência é algo primordial.

Uma das abordagens de adaptação educacional consiste em compreender que o processo de construção de conhecimento do discente é impactado pelo seu estilo de aprendizagem individual. As teorias dos estilos de aprendizagem, uma vez associadas às tecnologias, podem auxiliar bastante no sentido de proporcionar formas diferentes de aprender um conteúdo, pois os estilos de aprendizagem levam em consideração as características individuais do estudante, analisando suas habilidades e competências e buscando a melhor forma para ele aprender, a que mais lhe é adequada. As TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) funcionam, então, como o aporte tecnológico para que esse atendimento mais particular seja alcançado, associando o conhecimento técnico e científico em aplicação, com o uso de ferramentas, processos e materiais que auxiliem o aprendizado.

A EaD, que atua fundamentalmente por meio das tecnologias digitais, também pode permitir um processo não só de inclusão, mas de permanência e êxito desses estudantes, caso atue com ambientes adaptados, materiais adequados e formação para os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

[...] a teoria de estilos de aprendizagem é mais condizente e pode ser mais bem explorada em cursos com abordagens construcionistas, cujas práticas pedagógicas sejam centradas na aprendizagem do aluno e que destacam aspectos didáticos e pedagógicos no uso das ferramentas tecnológicas e nos ambientes virtuais. (BIANCHI *et.al.*, 2010, p. 3).

Portanto, a combinação entre estilos de aprendizagem e interação, compartilhamento de conhecimento e atendimento individualizado, pode proporcionar um ambiente estimulante para o aprendizado e melhorar significativamente o desempenho do estudante. Para isso, faz-se necessária toda uma conjuntura que auxilie o docente e toda a comunidade escolar a unirem abordagens construtivistas às tecnologias educacionais.

Logo, as teorias indicam os procedimentos ideais para um trabalho apropriado com os estudantes com deficiência; no entanto, como isso ocorre em cada instituição, e como são as condições desse trabalho? O olhar deste artigo se debruça sobre o *Campus* Natal Zona Leste do IFRN e o seu NAPNE.



3 O CAMPUS ZONA LESTE E O NAPNE

A história dos institutos federais no Brasil não é recente, embora não tenha sido sempre sob essa denominação e sob a mesma institucionalidade que eles tenham existido. Na verdade, é preciso remontar às origens do ensino técnico federal no país, quando foram criadas, em 1909, as primeiras 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, as quais eram destinadas ao ensino profissional e voltadas prioritariamente à educação das classes mais pobres.

Acriação desses institutos mantém o foco da rede federal de educação direcionada para a educação profissional, contudo ela mudou de perspectiva desde a criação dessa instituição. Eles se propõem a ofertar uma educação que forme para a sociedade, com focos tecnológicos específicos, mas com a preocupação maior de prover uma formação integral, verticalizada para o aluno, permitindo-lhe partir, na mesma instituição, de uma formação básica mais geral, no ensino médio integrado, para uma formação mais especializada em nível de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Dessa forma, a criação dos institutos federais opta por um modelo no qual a formação para o trabalho incluía, ainda, a formação para o pensar e para a reflexão crítica sobre o mundo.

Atualmente, o IFRN conta com 21 *campi* em funcionamento, entre eles, o *Campus* Zona Leste, cuja primeira denominação era *Campus* Educação a Distância. Esse Instituto continua ampliando e diversificando sua matrícula em todos os níveis e modalidades em seus *campi* e tem recebido continuamente estudantes com deficiência motora, visual, entre outras.

Para os fins deste trabalho, importa mencionar que o *Campus* ZL oferece cursos de licenciatura por oferta própria e por meio de fomento (caso da Universidade Aberta do Brasil - UAB), graduação tecnológica, diversas especializações para formação continuada de professores e gestores da educação, além de cursos técnicos subsequentes e cursos FIC, em diferentes polos no estado.

A EaD pode ser uma maneira de atuar não só em locais territorialmente distantes, mas de oferecer acesso a uma educação pública de qualidade, desde a educação básica até a educação superior e à pós-graduação, a pessoas que, dificilmente, teriam essa possibilidade de formação devido a diversas razões, seja por dificuldade de conciliar trabalho e estudo, seja por estar distante dos principais centros urbanos.

Os institutos federais colaboram nessa ampliação de perspectivas educacionais à medida que se distribuem ao longo de todo o território nacional, com a presença de *campus* nos principais polos urbanos de cada estado brasileiro, podendo ofertar cursos presenciais e agregar ofertas de cursos a distância, de modo a ampliar sua perspectiva de atuação nesses locais.



A Educação a Distância não é também uma novidade tão grande no Brasil; existiram diversas experiências e programas de EaD ao longo de sua história, especificamente, ao longo do século XX. Entretanto, nunca houve um esforço tão intensivo e sistemático do governo federal no que tange ao estímulo e à oferta de EaD como o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 20 de dezembro de 2005, acompanhado logo depois pelo Programa de Ensino Técnico a distância (e-Tec), que se constituiu Rede e-Tec, para a oferta de ensino técnico profissional. Infelizmente, tudo o que foi conquistado em termos de esforço de construção de uma EaD pública, gratuita e de qualidade tem sido desmontado nos últimos anos. Sendo assim, essa modalidade é mais uma vítima das mudanças governamentais, mas também vem resistindo e dando continuidade às suas atividades nas mais diversas instituições públicas. Evidentemente, a realidade é diferente nas instituições de caráter particular, cujas matrículas têm aumentado de forma exponencial nos cursos de graduação a distância. A realidade que este artigo analisa, no entanto, é a de um *campus* da rede federal de educação profissional e tecnológica voltado para a oferta de cursos a distância.

4 OS NAPNE E A FUNÇÃO SOCIAL DO IFRN

A luta pela ampliação do acesso e a busca pela universalização da educação básica no Brasil devem estar intrinsecamente ligadas tanto a um processo de ampliação de direitos/garantias individuais que caracterizam o desenvolvimento humano quanto aos arranjos sociopolíticos e ao crescimento econômico característicos da sociedade moderna. Nesse sentido, a elevação do padrão de escolaridade da população brasileira apresenta-se como uma estratégia para assegurar o aumento da qualidade de vida da população e a redução da exclusão social e cultural, além do desenvolvimento de competência nacional em ciência e tecnologia, condição essencial para o desenvolvimento não subordinado.

Pode-se afirmar que, nos quinze anos iniciais do século XXI, o Brasil fez esforços consideráveis para o aumento do nível de escolaridade de sua população. A partir dos anos 1990, o país vivenciou uma acentuada evolução no número de matrículas na educação básica e no número de estudantes concluintes do nível médio, sendo isso um fenômeno resultante da exigência do ensino médio como parte integrante, embora não obrigatória, da educação básica no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/1996. O número de matrículas no ensino médio aumentou significativamente em termos absolutos e percentuais relativos ao total da população brasileira, incluindo todas as faixas etárias. Infelizmente, esse crescimento não veio acompanhado necessariamente da qualidade do ensino almejada nem da terminalidade dessa etapa educacional, hoje legalmente obrigatória e requisito para ingresso no ensino superior.



Quando se fala em avanços tecnológicos, os desafios impostos requisitam das instituições uma mudança em seus projetos educativos, visando formar pessoas que compreendam e participem mais intensamente dos espaços de trabalho existentes. O atendimento a essas mudanças tem provocado reformulações no setor educacional e na legislação, no sentido de estabelecer políticas, programas e leis que orientem a organização e o funcionamento das instituições de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino.

O Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (TEC NEP) foi criado por um grupo de trabalho das secretarias-fim do Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), posteriormente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)⁴, que apresentou uma proposta de ação integrada, na qual foram estabelecidos princípios gerais, pressupostos e estratégias para uma educação profissional e tecnológica inclusiva. O programa visava à criação de núcleos de atendimento a pessoas com necessidades específicas em todos os estados da federação.

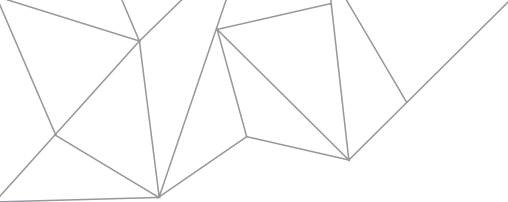
Para Vieira (2005, p. 11), que fez a conferência magna publicada nos Anais do Seminário Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, evento promovido, em 2005, pelo Ministério da Educação e Cultura:

O Programa TEC NEP tem o objetivo de modificar o contexto das instituições da rede federal, disseminando conceitos, divulgando experiências, sensibilizando as comunidades escolares, para a questão das necessidades especiais. Para que aos poucos possamos ir eliminando medos, preconceitos e apagando um pouco esse panorama de exclusão que temos [...]. Outro objetivo do TEC NEP é modificar a atuação docente divulgando metodologias, provendo materiais de apoio, gerando estratégias de capacitação [...]. O terceiro objetivo é modificar a gestão, fortalecendo a articulação dos diferentes atores da educação profissional.

Na construção desses objetivos, a criação dos NAPNEs é um importante caminho. Esses Núcleos têm como objetivo definir diretrizes que promovam a inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades.

Para o devido acompanhamento específico à educação inclusiva, o IFRN implantou o NAPNE por meio da Portaria nº 1533, de 21 de maio de 2012, por intermédio do Programa TEC NEP, cujos objetivos são:

⁴ Ambas as secretarias foram extintas devido às mudanças governamentais dos últimos anos, o que representou uma perda significativa para o avanço das questões ligadas à inclusão nas instituições públicas.



Promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade; Adaptar materiais didáticos para alunos com necessidades educacionais específicas incluso nos cursos regulares ou nos cursos de capacitação promovidos pelo IFRN: transcrever, escanear, construir material em relevo, descrever imagens, auxiliar os servidores na construção do material para as aulas, bem como divulgar para a comunidade interna e externa algumas atitudes pertinentes perante os PNEEs; Subsidiar servidores no que se refere a assuntos relacionados à inclusão de PNEEs; Promover acessibilidade física e virtual dos campi; Promover cursos de capacitação no IFRN. (BRASIL, 2012).

Assim, o NAPNE tem múltiplas funções, não só no atendimento aos estudantes, mas na orientação aos professores, na oferta de capacitações que desenvolvam a atuação da comunidade interna ao apoio e atendimento aos estudantes com deficiência e na orientação que se refere à adaptação de materiais didáticos para as diversas necessidades dos estudantes. Dessarte precisa agir no sentido de ampliar a possibilidade de inclusão dos estudantes com deficiência, estabelecendo uma cultura de respeito à diversidade e participando do êxito dos estudantes no seu processo de formação. Cabe refletir se, nesse aspecto, é possível a atuação do NAPNE também mediante uma modalidade implementada de forma ainda recente (de pouco mais de dez anos) nos institutos federais.

5 OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DO CAMPUS ZONA LESTE DO IFRN E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NAPNE

Desde sua criação, os NAPNE têm sido envolvidos em diversas ações de inclusão, visando à permanência dos estudantes com deficiência na instituição. O NAPNE do *Campus ZL* foi criado com os primeiros núcleos dos demais *campi* do IFRN, e suas primeiras ações se concentraram na compra de materiais que permitissem a adaptação de materiais didáticos às pessoas com deficiência, como, por exemplo, impressoras Braille, e no diálogo com outras instituições para que os profissionais do *campus* compreendessem e planejassem as ações necessárias para a verdadeira implementação de ações de apoio aos estudantes com deficiência que estudam no *campus*.

Ao longo dos anos, o NAPNE tem recebido profissionais multidisciplinares, servidores efetivos, bolsistas, estagiários e profissionais terceirizados que colaboram no sentido da efetivação da inclusão dos estudantes com deficiência. Além disso, tem construído o diálogo com a comunidade interna e externa ao IFRN para a troca e compartilhamento de experiências. Vale lembrar que as ações do NAPNE articulam ensino, pesquisa e extensão.

No que tange à pesquisa, em 2018, o projeto “Desenvolvimento da acessibilidade didático-pedagógica na EaD do IFRN: diagnóstico e produção de tópicos de orientação para ambientes virtuais de aprendizagem e materiais didáticos” objetivava investigar as necessidades dos estudantes com deficiência visual do *Campus EaD* para a produção



de um documento orientador de adequações e/ou adaptações didático-pedagógicas para a acessibilidade de materiais e recursos da EaD do IFRN. Esse projeto contou com a colaboração de duas estudantes com deficiência visual, uma delas como bolsista de iniciação científica e a outra como voluntária. Ambas atuaram na testagem da plataforma Moodle, utilizada nos cursos EaD da instituição, o que culminou na publicação do artigo “Adaptação Pedagógica em curso da Modalidade a Distância: garantindo a permanência de estudantes com deficiência visual”⁵, com coautoria da referida estudante. No âmbito do mesmo projeto, ainda com a colaboração da bolsista, foi desenvolvida a análise do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) utilizado pelo *Campus* ZL e publicado o artigo “Análise e diagnóstico da acessibilidade no Moodle para deficientes visuais”, publicado na revista *Holos* em 2020⁶.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito da extensão, em diálogo com a comunidade, o NAPNE promoveu, em 2019, o I Encontro de Educação Inclusiva (ENEDI), no qual refletiu sobre a inclusão de alunos com deficiência. O evento foi organizado pelos NAPNEs do *Campus* Natal Zona Leste e do *Campus* Natal Central. A programação contou com uma palestra de abertura, mesa redonda com pessoas com deficiência e oficinas sobre os temas “Libras Básico”, “Audiodescrição”, “Libras Tátil” e “Materiais Acessíveis”.

Em 2020, o NAPNE promoveu, também, o I Colóquio de Educação Inclusiva-CEI/IFRN - Setembro Multicor: Políticas e práticas na perspectiva da educação inclusiva. Esse evento trouxe palestrantes, especialistas e oficinas sobre a temática da inclusão de alunos com deficiência, construindo saberes sobre as práticas inclusivas e dando espaço aos estudantes com deficiência do Instituto, não apenas pensando na quebra de barreiras relativas à comunicação e informação, mas também na reconstrução de mudanças atitudinais.

O NAPNE organizou algumas ações internas, voltadas para os estudantes e para os professores, entre as quais, destaca-se a sua página no portal do *Campus* ZL, em que são disponibilizados e-mail, número de contato e a indicação da sala de apoio presencial aos estudantes.

Em 2019, algumas estratégias metodológicas foram aplicadas com os alunos com deficiência visual objetivando minimizar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem. Como exemplo, as oficinas de mapa conceitual tátil, com o intuito de que eles aprendessem na prática a construir um mapa conceitual. Outro exemplo foi a oficina

⁵ NASCIMENTO, Luciana Maria da Silva; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; MOTTA, Thalita Cunha; LEMOS, Elizama das Chagas. Adaptação Pedagógica em curso da modalidade a distância: garantindo a permanência de estudantes com deficiência visual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 15, Natal, **Anais** [...], Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

⁶ LEMOS, Elizama das Chagas; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; ALMEDA, Rosemary Pessoa Borges de. Análise e diagnóstico da acessibilidade no Moodle para deficientes visuais. *Revista HOLOS*, Rio Grande do Norte, v. 4, p. 1-23, jul., 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9219>. Acesso em: 29 jul. 2021.



de Libras tátil, na qual a equipe do NAPNE, em parceria com os professores, planejou e executou uma oficina de Libras Tátil. Durante a pandemia da Covid-19, as ações presenciais foram suspensas, mas se manteve a disponibilidade de acesso remoto nesse suporte.

Ao longo do ano de 2020, novos desafios se interpõem no contato do NAPNE com os estudantes. Nesse sentido, a equipe promoveu ações de formação para professores/tutores e gestores com a oferta de webpalestras, a saber: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH e o Plano Educacional Individualizado do Aluno; A Deficiência Intelectual e suas Especificidades na Construção do Plano Educacional Individualizado (PEI); A Deficiência Visual e suas Especificidades na Construção do Plano Educacional Individualizado (PEI); Plano Educacional Individualizado (PEI) - uma construção colaborativa dos agentes educacionais e estudantes com deficiência; e Transtorno do Espectro Autista e o Plano Educacional Individualizado (PEI). Além das palestras, também ofertou cursos sobre a temática da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), com vistas a sensibilizar a comunidade do *Campus*, e fez apresentações sobre a importância do PEI e sua elaboração pelos docentes.

É importante considerar que, no atendimento aos estudantes com deficiência e com necessidades específicas, o NAPNE do *Campus* Zona Leste não trabalha sozinho, conta com uma equipe multidisciplinar formada por uma Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), assistente social, especialistas em Libras que realizam entrevistas pedagógicas, de modo a conhecer melhor o perfil do aluno ingressante e suas necessidades educacionais. Essa entrevista é fundamental para prover o apoio e o acompanhamento adequado a cada estudante em sua trajetória de formação no *Campus*.

Em uma construção colaborativa com a Coordenação de Tecnologias de Informação e Comunicação (COTIC) e com os alunos com deficiência, o *Campus* vem ajustando e desenvolvendo melhorias no acesso à plataforma Moodle, possibilitando, assim, maior qualidade no processo educativo dessas pessoas. Atualmente, tanto o portal virtual do *Campus* quanto a plataforma virtual de aprendizagem dispõem de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) com comandos de leitura de tela, ajuste de contraste, ampliação das letras, VLibras e outras ferramentas que viabilizam a acessibilidade nas salas virtuais.

Entre as ações desenvolvidas pelo NAPNE do *Campus* Zona Leste destacam-se: o acolhimento do estudante por meio de entrevista pedagógica, reuniões sistemáticas com os professores que atuarão na mediação com o aluno e o desenvolvimento do PEI (Plano Educacional Individualizado) por disciplina.

Conforme já mencionado, as entrevistas pedagógicas realizadas com a mediação de membros do Núcleo têm por objetivo principal conhecer melhor o aluno a fim de serem percebidas as melhores estratégias para a mediação durante o curso. Ela é semiestruturada e utiliza o instrumento de avaliação e diagnóstico elaborado pelos membros do NAPNE do *Campus* Zona Leste. Após esse momento prévio, os professores do semestre que atuarão

com os alunos participam de uma reunião com membros do Núcleo a fim de serem orientados sobre as especificidades dos estudantes, bem como sobre as necessidades de adaptação e acompanhamento que serão implantados no planejamento das disciplinas.

Para tal, é elaborado o PEI por disciplina ministrada, e este será preenchido com informações detalhadas pelo NAPNE e pelo professor. No plano, são especificadas informações acerca do histórico pessoal e escolar do estudante, suas necessidades educacionais específicas, conteúdos programáticos das disciplinas, adaptações curriculares, metodologias, recursos didáticos, avaliações e demais descrições que detalham os avanços do estudante no decorrer da oferta da disciplina e preenchimento do plano.

Todo esse trabalho é realizado para o estudante; mas quem ele é? De acordo com o relatório do Sistema Único de Administração Pública (SUAP), atualmente, o *Campus* Natal Zona Leste conta com 2.966 alunos com matrícula ativa⁷. Desse montante, 69 alunos declararam que possuem algum tipo de deficiência, transtorno ou superdotação, o que representa 2,32% do total de estudantes matriculados. No que se refere ao gênero, 29 são do sexo feminino e 40 do masculino.

Além disso, 49 alunos são oriundos de escolas públicas (71%) e 20 de escolas privadas (29%). O Gráfico 1 ilustra esses dados das Pessoas com Deficiência (PcDs) com matrícula ativa no *campus*.

Gráfico 1 - Quantidade de alunos da escola pública e privada



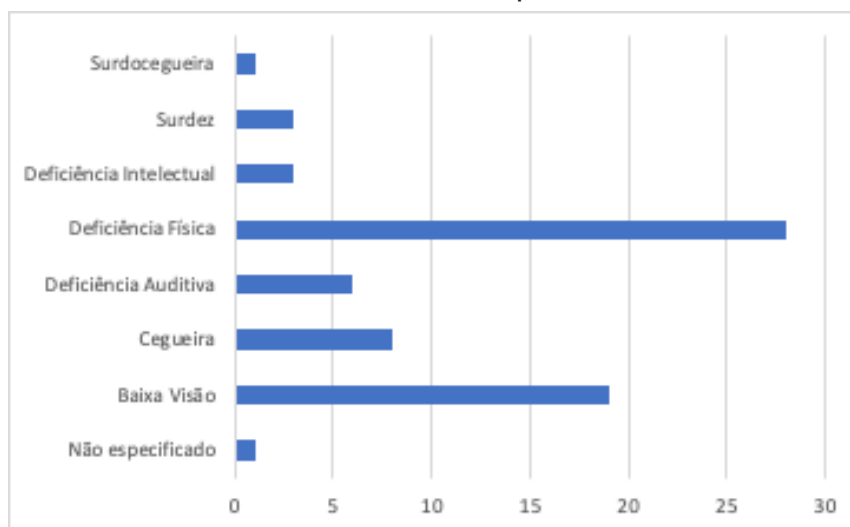
Fonte: Adaptado de SUAP (2021).

Dos diferentes tipos declarados de deficiência, estão: a cegueira, baixa visão, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual, surdez e surdocegueira. O Gráfico 2 mostra a quantidade de alunos e o tipo de deficiência declarada.

⁷ Dados extraídos do SUAP. URL: <https://suap.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 1 jun. 2021.



Gráfico 2 - Quantidade de alunos e o tipo de deficiência declarada



Fonte: Adaptado de SUAP (2021).

Os alunos estão matriculados em cursos de diferentes níveis: especialização, licenciatura, tecnólogo, técnico de nível médio e FIC. Contudo, a maior quantidade de alunos matriculados que declararam deficiência é do curso de especialização, representando 66,66% do total. A Tabela 1 mostra a quantidade de alunos por nível de curso em que estão matriculados.

Tabela 1 - Quantidade de alunos por tipo de curso.

Nível	Quantidade de alunos
Especialização <i>lato sensu</i>	46
Licenciatura	3
Tecnólogo	8
Técnico de nível médio	6
FIC	6

Fonte: Adaptado de SUAP (2021).

Essas ações do *Campus Zona Leste* vêm sendo desenvolvidas significativamente a partir dos últimos quatro anos (2017-2021), quando do início da oferta de cotas para as pessoas com deficiências no *campus*.

Ainda no ano de 2020, dentro do contexto das necessidades impostas pela pandemia da Covid-19, o NAPNE realizou um estudo técnico preliminar, para registrar as demandas de acessibilidade apresentadas. Os resultados desse estudo permitiram o investimento em metodologias aplicadas aos estudantes. Decidiu-se, portanto, organizar uma parceria com a psicopedagoga de outro *campus*, para que, juntos, os profissionais organizassem as rotinas dos alunos e os acompanhassem de perto, embora virtualmente, no que concerne às dificuldades de aprendizagem.



Além do setor pedagógico, o Núcleo conta com o suporte de vários setores da instituição na elaboração de suas ações sistêmicas, quais sejam, os setores administrativos, de transporte, gráfico, de comunicação social, de serviços de tecnologia da informação, entre outros.

Para o desenvolvimento dos estudos, os alunos de um curso EaD com cegueira, baixa visão ou visão subnormal, deficiência múltipla, autismo e outros transtornos podem contar com os seguintes serviços:

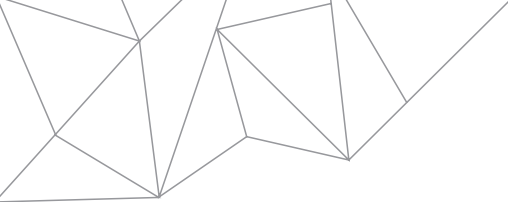
- Leitores de tela, como o NVDA (NonVisual Desktop Access);
- Videoaulas com audiodescrição, tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e legendagem;
- Impressora de textos em Braille;
- Apoio constante de tutores leitores/ transcritores;
- Apoio da equipe pedagógica do NAPNE;
- Tradutor intérprete de Libras;
- Material impresso em fonte tamanho 18.

Apesar de todas as ações e de toda a articulação que o NAPNE vem construindo ao longo de sua existência no *Campus ZL*, ainda há muito a se desenvolver em termos de pesquisa, extensão e ensino. Nessa perspectiva, conhecer a realidade dos estudantes com deficiência que entram na instituição é um primeiro e grande passo; ademais, acompanhar e prover condições para a permanência e êxito dos mesmos são, nesse processo, outras questões necessárias que exigem a participação não só dos profissionais do NAPNE, mas de todos aqueles que compõem o *Campus*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo refletiu sobre a presença dos NAPNEs nos institutos federais, com foco no IFRN/ *Campus Zona Leste*, no qual são ofertados cursos na modalidade a distância. Nesse contexto, a partir de documentos oficiais que destacam a criação desse Núcleo, bem como dos documentos que regem sua função no IFRN, analisa-se a atuação do NAPNE do *Campus Zona Leste* e destaca-se o número crescente de matrículas de estudantes com deficiência, indicando algumas das ações desenvolvidas por ele para possibilitar o apoio desses alunos.

Os resultados indicaram que a permanência e o êxito, configurando-se como as conclusões do curso pelos estudantes com deficiência exigem a participação de toda



a comunidade, o que envolve não somente professores e estudantes, mas técnicos administrativos, terceirizados e gestores. A constituição da cultura da inclusão e do respeito à diversidade é algo ainda em processo, mas o IFRN tem mostrado que está envolvido nesse percurso. Observa-se, também, com base nas experiências apresentadas, que a Educação a Distância pode ser mais um instrumento de inclusão às pessoas com deficiência na educação, de um modo geral, e, especificamente, na educação profissional. Essa modalidade apresenta informações referentes ao aumento de matrículas e pode oferecer suportes tecnológicos, ainda que de forma remota.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Alexandre Vara. **E-generation: especificação de uma Arquitectura para Intranets Educacionais Baseada em Agentes**. Portugal: Universidade do Minho, 2007. 341 f.

ARANHA, M. S. F. **Formando Educadores para a Escola Inclusiva**. 2002. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2002/feei/teimp.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [_http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. Disponível em: [em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 14 mar. 2020.



BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da pessoa com deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6. jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Portaria nº 1.533, de 18 de agosto de 2016. Redefine o Calendário Nacional de Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de Vacinação, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional. **SAUDELEGIS**, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1533_18_08_2016.html. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação 2019**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/microdados-do-censo-escolar-2016-ja-podem-ser-consultados/21206. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIANCHI, Ana Márcia Zuliani; NUNES, Juliana Souza; CAVELLUCI, Lia; VALADAS, Sandra Cristina A Teodósio dos Santos. Estilos de Aprendizagem e Educação a Distância: algumas perguntas e respostas?! **Revista Estilos de Aprendizagem**, São Paulo, v. 5, p. 1–14, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13832767-Estilos-de-aprendizagem-e-educacao-a-distancia-algumas-perguntas-e-respostas.html>. Acesso em: 5 abr. 2020.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social, a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

KUENZER, A. Z. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, São Paulo, v. 3, p. 77-96, 2002. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Incluyente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

LEMOS, Elizama das Chagas; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; ALMEDA, Rosemary Pessoa Borges de. Análise e diagnóstico da acessibilidade no moodle para deficientes visuais. **Revista HOLOS**, v. 4, p. 1-23, jul., 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9219>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.



MUSTARO, Pollyana Notargiacomo; SILVEIRA, Ismar Frango. Learning Objects: Adaptive Retrieval through Learning Styles. **Interdisciplinary Journal of Knowledge and Learning Objects**, v. 2, 2006.

NASCIMENTO, Luciana Maria da Silva; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; MOTTA, Thalita Cunha; LEMOS, Elizama das Chagas. Adaptação Pedagógica em curso da modalidade a distância: garantindo a permanência de estudantes com deficiência visual. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA**, 15, Natal, 2018. Anais [...], Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

OCDE. **Education at a glance 2010: OECD indicators**. Disponível em <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/45926093.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SCHLÜNZEN JÚNIOR, Klaus; HERNANDES, Renata Benisterro. **As dimensões do não ver**: formação continuada de educadores e a profissionalização das pessoas com deficiência visual. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Abordagem Construcionistas, Contextualizada e Significativa: formação, extensão e pesquisa em uma perspectiva inclusiva**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2015.

SKEETE, Nadir Arruda. **A experiência pioneira do IFRN com reserva de vagas em seus processos seletivos**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Projetos de formação pré-serviço do professor de língua inglesa: sequências didáticas como instrumento no ensino aprendizagem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/VxNYcm-dSFB5srgJF3kf6qJc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VIEIRA, Scheilla Abbud Vieira. CONFERÊNCIA MAGNA; SEMINÁRIO NACIONAL, 2005, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Programa TEC NEP, 2005. 143 p. Tema: A Educação Profissional e Tecnológica como Fator de Desenvolvimento e inclusão Social. WATSON, Jason; HARDAKER, Glenn. Steps Towards Personalised Learner Management System: SCORM Implementation. **Campus-Wide Information Systems**, v. 22, n. 2, p. 56–70, 2005.

Recebido em 19 de outubro de 2021
Aprovado em 22 de novembro de 2021